

2. A resolução efetuar-se-á através da respetiva notificação ao outro outorgante, por carta registada, com aviso de receção.
3. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 desta cláusula, em caso de incumprimento injustificado pelo município das obrigações assumidas no presente contrato-programa, fica o mesmo obrigado a devolver, proporcionalmente ao grau de incumprimento, o montante pecuniário recebido, ficando o mesmo desde logo impedido de receber qualquer outro apoio da Administração Pública Regional enquanto essa situação não estiver regularizada.
4. Em caso de incumprimento do disposto na alínea b) do n.º 3 da cláusula 3.ª, fica a Vice-Presidência do Governo Regional autorizada a proceder à retenção de verbas provenientes do Orçamento do Estado, até perfazer o montante dos comprovativos não apresentados, as quais serão devolvidas assim que a situação esteja normalizada.

Cláusula 7.ª
(Dotação orçamental)

A comparticipação financeira prevista neste contrato-programa tem cabimento na rubrica orçamental 43.50.02.01. D.08.05.03. B0.HH - Municípios.

Funchal, 29 de março de 2019.

O VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado

O PRESIDENTE DO MUNICÍPIO DE CÂMARA DE LOBOS, Pedro Emanuel Abreu Coelho

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Aviso n.º 123/2019

Por despacho de Sua Excelência o Vice-Presidência do Governo, datado de 29 de março de 2019, foi autorizada a renovação da comissão de serviço, no cargo de Diretor de Serviços do Comércio da Direção Regional do Comércio e Transportes - Vice-Presidência do Governo Regional, do Dr. Emanuel Cipriano Correia, com efeitos a partir de 1 de junho de 2019.

(Está isento de fiscalização prévia da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas).

Vice-Presidência do Governo, 2 de abril de 2019.

O CHEFE DO GABINETE, Luís Nuno Olim

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

Aviso n.º 124/2019

Em cumprimento do estabelecido na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional de Educação, de 27 de março de 2019, foi determinada a consolidação definitiva da mobilidade intercategorias da trabalhadora Teresa Maria Romão dos Santos, em exercício de funções públicas por tempo indeterminado, para a categoria de Coordenador Técnico,

da carreira de Assistente Técnico do mapa de pessoal da Direção Regional da Administração da Justiça.

Mais se torna público que a trabalhadora fica posicionada na 1.ª posição remuneratória da categoria de Coordenador Técnico, da carreira de Assistente Técnico, nível 14, da Tabela Remuneratória Única, a que corresponde a remuneração base de € 1.149,99.

A consolidação produz efeitos a partir de 1 de abril de 2019, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em 27 de março de 2019.

Secretaria Regional de Educação, 28 de março de 2019.

A CHEFE DE GABINETE, Ana Odília Franco de Gouveia Figueiredo

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Despacho n.º 97/2019

Atualiza os valores das contrapartidas financeiras da recolha seletiva e indiferenciada a pagar pelas entidades gestoras do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens para o ano em curso (2019)

Considerando que o Despacho n.º 379/2017, de 29 de setembro, da Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais, aprovou o modelo e fixou os valores de contrapartidas financeiras da recolha seletiva e indiferenciada e respetiva triagem a pagar pelas entidades gestoras do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens a aplicar na Região Autónoma da Madeira;

Considerando que o Despacho n.º 104/2018, de 8 de fevereiro, da Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais, procedeu à repartição dos valores supra identificados;

Considerando que, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 5.º do Despacho n.º 379/2017, de 29 de setembro, compete à Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente a atualização dos valores de contrapartida financeira da recolha seletiva e indiferenciada e respetiva triagem de resíduos de embalagem a aplicar na RAM para o ano em curso, por aplicação do índice harmonizado de preços no consumidor relativo ao período de doze meses mais recente;

Considerando que, nestes termos, o Despacho n.º 312/2018, de 8 de novembro, da Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais procedeu à atualização dos valores de contrapartidas financeiras para o ano de 2018;

Considerando que, para a atualização dos valores referentes ao corrente ano de 2019, foi aplicado o valor do índice harmonizado de preços no consumidor divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística, sendo o fator de atualização de 1,012.;

Considerando que, segundo o artigo 2.º do Despacho n.º 104/2018, de 8 de fevereiro, aquando da atualização dos valores de contrapartidas financeiras, a Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente procede igualmente à publicitação da repartição dos mesmos valores de contrapartidas financeiras pelas operações de recolha seletiva e de triagem para o ano em curso.

Foi consultada a A.R.M. - Águas e Resíduos da Madeira, S.A., na qualidade de entidade gestora do SGRU da RAM e na qualidade de entidade gestora dos sistemas municipais de gestão de resíduos urbanos dos concelhos de Câmara de Lobos, Machico, Porto Santo, Ribeira Brava e Santana, os demais municípios da RAM, a Vice-Presidência

do Governo Regional da Madeira bem como a Sociedade Ponto Verde - Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S.A., a Novo Verde - Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S.A. e a Amb3E - Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos.

Assim, ao abrigo dos artigos 1.º e 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2015/M, de 5 de agosto, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2017/M, de 13 de dezembro, do n.º 2 do artigo 5.º do Despacho n.º 379/2017, de 29 de setembro e do artigo 2.º do Despacho n.º 104/2018, de 08 de fevereiro, determino o seguinte:

Artigo 1.º
Objeto

O presente despacho procede à atualização dos valores de contrapartida financeira estabelecidos nos quadros constantes nos artigos 1.º e 2.º do Despacho n.º 379/2017,

de 29 de setembro e alterados através do artigo 1.º do Despacho n.º 312/2018, de 08 de novembro, conforme os anexos I e II ao presente despacho, do qual fazem parte integrante, e no artigo 1.º do Despacho n.º 104/2018, de 08 de fevereiro e alterado através do artigo 1.º do Despacho n.º 312/2018, de 08 de novembro, conforme o anexo III ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

Artigo 2.º
Entrada em vigor

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019.

Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais,
aos 3 de abril de 2019.

A SECRETÁRIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, Susana Luísa Rodrigues Nascimento Prada

Anexo I do Despacho n.º 97/2019, de 8 de abril

Valores de Contrapartida Financeira da Recolha Seletiva e Triagem
(a que se refere o artigo 1.º do Despacho n.º 379/2017, de 29 de setembro, alterado pelo artigo 1.º do Despacho n.º 312/2018, de 08 de novembro)

uni: (€/ton)

Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos	MATERIAL						
	Vidro	PAPEL/CARTÃO	PLÁSTICO	AÇO	ALUMÍNIO	ECAL	MADEIRA
ARM	61,69	244,71	705,34	797,88	951,08	771,14	37,02

Anexo II do Despacho n.º 97/2019, de 8 de abril
Valores de contrapartidas financeiras da recolha indiferenciada
(a que se refere o artigo 2.º do Despacho n.º 379/2017, de 29 de setembro, alterado pelo artigo 1.º do Despacho n.º 312/2018, de 08 de novembro)

(uni: €/ton)

Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos	Operação	Material						
		Vidro	Papel/ cartão	Plásticos	Aço	Alumínio	ECAL	Madeira
ARM	Valorização energética (incineração)	n.a.	n.a.	n.a.	91,51	582,98	n.a.	n.a.

Anexo III do Despacho n.º 97/2019, de 8 de abril
Repartição dos Valores de Contrapartidas Financeiras pelas operações de recolha seletiva e triagem
(a que se refere o artigo 1.º do Despacho n.º 104/2018, de 8 de fevereiro, alterado pelo artigo 1.º do Despacho n.º 312/2018, de 08 de novembro)

uni: (€/ton)

OPERAÇÕES	Material						
	VIDRO	PAPEL/ CARTÃO	PLÁSTICO	AÇO	ALUMÍNIO	ECAL	MADEIRA
RECOLHA SELETIVA	38,04	153,20	441,09	499,71	595,32	483,25	37,02
TRIAGEM	23,65	91,51	264,24	298,18	355,76	287,89	0,00

**SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E
ASSUNTOS SOCIAIS**

INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL DA MADEIRA, IPRAM

Declaração n.º 9/2019

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/2015/M, de 2 de dezembro e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 96/91, de 11 de junho, da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, que se procedeu ao registo da alteração dos estatutos da Instituição Particular de Solidariedade Social, Câmara de Lobos Viva - Associação de Desenvolvimento Comunitário.

Foi analisada pelo Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM a alteração dos Estatutos em conformidade com o quadro legal aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/2015/M, de 2 de dezembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2017/M, de 1 de junho, sendo que o registo das ditas alterações foi efetuado pelo averbamento n.º 1/19 à inscrição n.º 1/2010, a folhas 43 do livro de inscrição de Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, 28 de março de 2019.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO, Augusta Aguiar

**SECRETARIA REGIONAL DOS EQUIPAMENTOS E
INFRAESTRUTURAS**DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E
GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS**Anúncio n.º 12/2019**

Publicado em *Diário da República*, II Série, n.º 58, de 22 de março de 2019.

ANÚNCIO (RESUMO)
2CPL19_ES

“Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Estreito de Câmara de Lobos - Obras de Modernização e Requalificação”

IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DA ENTIDADE ADJUDICANTE: Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas (Direção Regional do Equipamento Social e Conservação), Gabinete de Contratação Pública, Rua Dr. Pestana Júnior, 6, C.P. - 9064 - 506, Funchal, Tel.: (00351)291207200. Fax: (00351) 291207385.URL: <http://www.madeira.gov.pt> ; Correio Eletrónico gcp.drprgop@madeira.gov.pt ; PROCEDIMENTO: Concurso Público.

TIPO DE CONTRATO: Empreitada de Obras Públicas.

OBJECTO DO CONTRATO: Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Estreito de Câmara de Lobos - Obras de Modernização e Requalificação.

LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO: Conforme Caderno de Encargos.

PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: 300 dias, de acordo com o Caderno de Encargos.

PREÇO BASE: EUR 950.000,00.

CONSULTA DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO: Endereço supra referido.

MEIO ELECTRÓNICO DE FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: www.acingov.pt

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: Até às 17:00 do dia 09 de abril de 2019.

PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS: 90 dias a contar do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO: O da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade da avaliação do preço.

IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DO ÓRGÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO: Secretário Regional dos Equipamentos e Infraestruturas, endereço e contactos supra referidos.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

DATA DE ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA:22/03/2019.

Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas, Direção Regional de Planeamento, Recursos e Gestão de Obras Públicas, 22 de março de 2019.

O DIRETOR REGIONAL, João Ricardo Luís dos Reis

**CÂMARA DE LOBOS VIVA - ASSOCIAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO****Estatutos****CAPÍTULO I****NATUREZA, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO****Artigo 1.º****Denominação e Natureza Jurídica**

A Câmara de Lobos Viva - Associação de Desenvolvimento Comunitário, adiante designada por associação, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, regida pelas disposições da lei aplicável e, em especial, pelos presentes estatutos.

Artigo 2.º**Sede e Âmbito de Ação**

A associação tem a sua sede ao Caminho do Ilhéu, n.º 33, freguesia de Câmara de Lobos, concelho de Câmara de Lobos, a qual poderá ser mudada para outro local dentro do concelho, por deliberação da assembleia geral. O seu âmbito de ação abrange a população residente no concelho de Câmara de Lobos, podendo abranger cidadãos de qualquer outro concelho, região ou país, desde que se verifique pertinente e se ajuste à sua missão.

Artigo 3.º**Objetivos**

1. A associação tem como objetivos principais:
 - a) Promover a justiça e a solidariedade social, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos;
 - b) Contribuir para o bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades;
 - c) Garantir a inclusão social, económica, cultural, recreativa e territorial, com vista ao desenvolvimento local sustentável e inclusivo,